

ÍNDICE DE POBREZA HUMANA MUNICIPAL PARA MATO GROSSO DO SUL

MUNICIPAL HUMAN POVERTY INDEX FOR MATO GROSSO DO SUL

Francis Régis Gonçalves Mendes Barbosa¹

Cristiane de Matos Balsalobre²

Claudia Maria Sonaglio³

RESUMO

A identificação dos fatores que causam a pobreza multidimensional é imprescindível para a obtenção de uma visão apurada dos problemas enfrentados pela sociedade decorrentes dessa realidade. Nesse sentido, o objetivo geral foi mensurar a pobreza multidimensional e analisar a sua evolução para os municípios de Mato Grosso do Sul nos anos de 1991, 2000 e 2010. Foi criado o Índice de Pobreza Humana Municipal (IPHM) a partir das variáveis de saúde, educação e acesso a serviços básicos domiciliares. Os resultados apontam que os municípios de Japorã, Tacuru, Paranhos e Juti permanecem entre os mais pobres no período estudado. Os municípios de Campo Grande, Chapadão do Sul, São Gabriel do Oeste e Dourados permanecem entre os menos pobres. Conclui-se que houve melhoria no bem-estar social dos municípios, como consequência de políticas públicas adotadas para o desenvolvimento e qualidade de vida da população.

Palavras-chave: Pobreza Multidimensional; Índice de Pobreza; Disparidades Regionais.

ABSTRACT

The identification of the factors that cause the multidimensional poverty is essential for obtaining an accurate view of the problems faced by society arising from this reality. In this sense, the main objective was to measure the multidimensional poverty and to analyze its evolution for the municipalities of Mato Grosso do Sul in the years 1991, 2000 and 2010. The Municipal Human Poverty Index (MHPI) was created based on health, education and access to basic household services variables. The results indicate that the municipalities of Japorã, Tacuru, Paranhos and Juti remain among the poorest in the studied period. The municipalities of Campo Grande, Chapadão do Sul, São Gabriel do Oeste and Dourados remain among the poorest. It was concluded that there was an improvement in the social well-being of the counties, as consequence of public policies adopted for the development and quality of life of the population.

Keywords: Multidimensional Poverty; Poverty Index; Regional Disparities.

JEL: I32, O15, P46

¹ Economista, Mestre em Agronegócios. Professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), campus de Ponta Porã. Doutorando no programa de Desenvolvimento Regional e Agronegócio Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Toledo. E-MAIL : francis_barbosa@hotmail.com

² Acadêmica do curso de Ciências Econômicas, na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). Técnica em Recursos Humanos, formada na Escola Estadual Adê Marques. E-MAIL : crisbalsalobre6@gmail.com

³ Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa. Professora efetiva da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no Curso de Ciências Econômicas. E-MAIL : csonaglio@uems.br

INTRODUÇÃO

O nível de pobreza é majoritariamente estudado apenas do ponto de vista econômico ou incorporando aspectos não econômicos à análise, que é contextualizada de forma dependente ou não da estrutura sócio-política da sociedade. Segundo Rocha (2006), os estudos sobre a pobreza surgem a partir da reconstrução do pós-guerra, a princípio fazendo uso de medidas baseadas na renda. Contudo, tal abordagem tornou-se insuficiente para medir a pobreza como um fenômeno complexo, que abrange outras dimensões a serem estudadas além da renda, passando-se a compreendê-la como um problema multidimensional. Nesse sentido, a abordagem das capacitações proposta por Sen (1993) surge como aporte teórico nos estudos sobre a multidimensionalidade da pobreza.

A pobreza, para Sen (2000), é entendida como a privação de capacitações básicas que não se restringe à insuficiência de renda. A relevância deste conceito demonstra a necessidade de mudar o alvo do desenvolvimento, passando dos meios (distribuição de recursos) para os fins (alcance de realizações ou funcionamentos) que as pessoas valorizam. Segundo Sen (2000), mesmo que seja importante diferenciar os conceitos da pobreza como a privação de capacitações do de baixo nível de renda, ambos devem estar relacionados, tendo em vista que a renda é um meio importante para obtenção das capacitações.

O indivíduo com maiores capacitações aumenta seu potencial de obter renda, sendo assim, um aumento das capacitações induz um aumento na renda e não o inverso. Partindo deste princípio, pode-se eliminar a pobreza de renda com educação básica e serviços de saúde que interfiram diretamente na qualidade de vida, aumentando o potencial de obtenção de renda. O aumento de capacitações tem relação com o aumento da produtividade e obtenção da renda, deste modo a relação das capacitações interfere direta e indiretamente no enriquecimento e na diminuição das privações.

A abordagem de capacitações básicas multidimensionais requer indicadores que considerem uma situação auto-avaliativa. Salama e Destremau (1999) *apud* Lopes, Macedo e Machado (2004) indicam que, para construção de um plano de ação eficiente, deve-se levar em conta um bom indicador de pobreza para proporcionar um melhor entendimento da questão.

A identificação dos fatores que causam a pobreza e a escassez de informação sobre ela impedem uma clara visão dos problemas enfrentados pela sociedade decorrentes da pobreza e da desigualdade de renda e a sua resolução e/ou atenuação. Neste sentido, cumpre saber qual a situação recente da pobreza multidimensional e como evoluiu esse problema nos municípios sul-mato-grossenses nas últimas duas décadas. Em consonância, o objetivo geral deste trabalho é mensurar a pobreza multidimensional e analisar a sua evolução para os municípios de Mato Grosso do Sul nos anos de 1991, 2000 e 2010. Especificamente, pretende-se: i) identificar os principais municípios em situação de fragilidade, a partir do índice construído; ii) analisar e discutir a evolução do índice de pobreza multidimensional com base nas políticas públicas implementadas no período.

Em relação aos métodos de mensuração da pobreza multidimensional, a partir da abordagem das capacitações, a literatura aponta algumas metodologias e índices capazes de contemplar várias dimensões da pobreza como a análise comparativa (CLARET; MOARA, 2014), a análise de componentes principais (MENDES; RIBEIRO; GOMES, 2014), análise espacial (ROMERO, 2006; CHIARINI, 2008), modelagem de Equações Estruturais (MEE) (CORRÊA; LIMA; CAMPOS, 2015), teoria de conjuntos

fuzzy (FRAGA et al., 2017; LOPES; MACEDO; MACHADO, 2003; OTTONELLI; MARIANO, 2014; SILVA et al., 2014), o Índice de Vulnerabilidade Domiciliar (MARIA, 2014), Índice de pobreza familiar (MARIN; OTTONELLI, 2008), a análise de Correspondência Múltipla (ACM) (ARAUJO; MORAIS; CRUZ, 2013) e o Índice de Pobreza de Humana Municipal (IPH-M) para os municípios brasileiros (ROLIM, 2005).

Sobre este último índice, Rolim (2005) adaptou o Índice de Pobreza Humana (IPH) das Nações Unidas para países em desenvolvimento aos municípios brasileiros e criou o IPH-M, adequado às bases de dados brasileiras. Tal índice prescindiu do uso de indicadores de renda, se atendo aos indicadores de carência de serviços fornecidos essencialmente pelo Estado associados a capacitações básicas nas áreas da saúde, educação e saneamento básico. É de fácil aplicabilidade e permite nuances interessantes sobre a multidimensionalidade da pobreza. Este trabalho fará uso desse índice para mensurar a pobreza nos municípios de Mato Grosso do Sul.

Este trabalho pretende contribuir com os estudos sobre a pobreza por meio da pobreza multidimensional nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, devido à escassez de índices sintéticos sobre o problema para o local de estudo, ampliando, assim, as informações sobre a pobreza multidimensional. Espera-se também contribuir para trabalhos futuros relacionados ao tema. Ademais, pode ser utilizado como base para compreender o nível de pobreza do estado e sua distribuição geográfica, auxiliando no desenvolvimento econômico e na criação de novas políticas públicas ou no aperfeiçoamento das já existentes para diminuir a privação das capacitações básicas individuais.

POBREZA COMO PRIVAÇÃO DE CAPACITAÇÕES BÁSICAS

A privação relativa evoluiu com as contribuições do indiano Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de Economia de 1999, abordando as diversas privações que as pessoas podem sofrer, não considerando somente a privação material (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

Segundo Sen (2000), a pobreza como a privação de capacitações e liberdades deve ser entendida pela privação das capacitações básicas e não somente pelo baixo nível de renda: há outros aspectos além da renda para mensurar e analisar a efetiva incidência da pobreza. Sen (2000) apresenta a fome, a morte prematura, o analfabetismo e a falta de moradia adequada como exemplos de privações de capacitações básicas. O autor também argumenta que a relação existente entre baixa renda e baixas capacitações é variável entre comunidades, famílias e indivíduos.

Embora difundida nos estudos sobre a multidimensionalidade da pobreza, argumenta-se que a abordagem da pobreza como privação de capacitações enfrenta o problema da escassez de dados representativos sobre as dimensões que contempla. Nesse sentido, Comim e Bagolin (2002) recomendam quatro princípios para a organização dos dados da pobreza: i) a importância diferenciada: a escolha de ações mais importantes e definição da forma de comparação; ii) princípio da liberdade: determinação do grau de variação social no âmbito de transformar recursos em capacitações; iii) a discriminação: exposição de baixos níveis de minorias em relação às dimensões diversas da população; iv) a robustez: a força das informações utilizadas para a avaliação da pobreza.

Segundo Codes (2008), o princípio da pobreza como privação de capacitações não nega que a baixa renda é uma das fontes da pobreza, pois a ausência de renda pode acarretar a privação de capacitações do indivíduo. Dentre as diversas perspectivas de pobreza, Sen (2000) ressalta a avaliação da pobreza a partir das

“efetivações” (*functionings*) e capacitações. Os *functionings* são um conjunto de atividades e modos de ser de cada indivíduo que é efetivamente realizado por ele, relacionados com a qualidade de vida, ao passo que as capacitações se referem a um conjunto de *functionings* potenciais dos quais dispõem os indivíduos (SEN, 1993). Os *functionings* são as conquistas dos indivíduos e não devem ser relacionadas somente com posses de mercadorias ou rendimentos que ajudam a desenvolver determinadas atividades ou aquisição de capacitações.

Os *functionings* são a escolha real que a pessoa determina, dentro das possíveis combinações do conjunto de capacitações de que ela dispõe. Há efetivações elementares como evitar morbidade ou a mortalidade e alimentar-se adequadamente; efetivações complexas como auto-respeito, participação na comunidade ou falar em público sem se sentir constrangido, sendo assim as efetivações são constituídas individualmente.

Capacitações é a possibilidade de uma pessoa ter opções de funcionamentos (a título de exemplo, opções que o indivíduo tem ao decidir qual produto consumir para sanar suas necessidades). É a liberdade de tomada de decisão dentro das possíveis alternativas que ela possui. Diante da autonomia de escolha de uma pessoa, por exemplo, entre comer e jejuar mesmo tendo a capacitação de se alimentar adequadamente, ela decide jejuar, pois julga o ato de jejuar importante, sem que exista outra razão para fazê-lo.

Segundo Silva, Lacerda e Neder (2011), Sen traz importantes contribuições para a teoria do bem-estar e a teoria do desenvolvimento, pois parte do princípio da igualdade de liberdades. A análise do desenvolvimento considera as liberdades do indivíduo os elementos constitutivos básicos. Assim, atenta-se particularmente para a expansão das “capacitações” [*capabilities*] das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam (SEN, 2000).

A abordagem das capacitações tem um aspecto diferente daquele adotado na abordagem monetária da pobreza. De acordo com Sen (2000), a riqueza só é útil quando é um meio para praticar determinados tipos de liberdades, porém não deve ser vista somente por essa ótica. Além disso, a abordagem das capacitações leva em conta a relevância da liberdade, tendo em consideração o bem-estar humano e a relação do liberalismo como processo de escolha. Nessa perspectiva, a abordagem das capacitações demonstra sua diversidade e amplitude.

Segundo Sen (1993), o conjunto de capacitações constitui a liberdade pessoal que cada indivíduo detém para realizar combinações de efetivações (*functionings*), sendo assim, a liberdade é intrinsecamente essencial na decisão, como também as combinações disponíveis, mesmo que se possa escolher somente uma combinação. Mesmo admitindo que a liberdade é instrumentalmente importante, resumindo-se no conjunto de capacitações que proporcionam o bem-estar, Sen argumenta que as abordagens da liberdade intrínseca e instrumental podem não ser adequadas à avaliação da pobreza, pois há casos em que se tornariam limitadas. Por exemplo: alguém que jejua, passa fome voluntariamente, não pode ser considerado alguém em situação de miséria, mesmo que as efetivações das pessoas em situações de miséria sejam as mesmas. Sen (1993) então conclui que o enfoque das capacitações, mesmo direcionado para as efetivações, acrescenta importância ao valor da liberdade.

Sen (2000) aponta três argumentos a favor da abordagem da pobreza como privação de capacitações: (1) a pobreza pode ser identificada no contexto de privações de capacitações; (2) existem outras influências sobre a privação de capacitações (sobre a pobreza efetiva) além do baixo nível de renda; (3) a relação instrumental entre baixa renda e baixas capacitações é variável entre comunidades e

ou famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacitações é contingente e condicional). Sen enfatiza o terceiro argumento relatando que as relações instrumentais podem ser afetadas pela desigualdade (raça, sexo, idade, local onde habita), privação de renda, incapacidade ocasionada por doenças (grupos com dificuldades de conversão de renda em capacitações), má distribuição de renda ou capacitações entre os membros da família e, por último, privações relativas de rendas que podem acarretar em privações absolutas de capacitações.

A concepção das capacitações analisa a pobreza com a finalidade de melhorar a compreensão sobre a natureza da pobreza e da privação, abandonando a importância da renda como meio e encarando-a como o fim primordial, analisando a amplitude que a liberdade tem como meio para alcançar esses fins.

Ainda segundo Sen (2000), mesmo que seja importante diferenciar os conceitos da pobreza como a privação de capacitações e de baixo nível de renda, ambos devem estar relacionados, tendo em vista que a renda é um meio importante para obtenção das capacitações. O indivíduo com maiores capacitações aumenta seu potencial de obter mais renda, sendo assim, um aumento das capacitações induz um aumento na renda e não o inverso. Partindo deste princípio, é possível eliminar a pobreza de renda com educação básica, serviços de saúde que interferem diretamente na qualidade de vida e no aumento do potencial de obtenção de renda. O aumento de capacitações tem relação com o aumento da produtividade e obtenção da renda, deste modo a relação das capacitações interfere direta e indiretamente no enriquecimento e na diminuição das privações.

Em conformidade com os argumentos de Sen (2000), Kageyama e Hoffmann (2006) relativizaram a importância da renda na redução da pobreza em uma das classificações de pobres por eles definidas: a pobreza do tipo II, caracterizada pela falta de acesso a pelo menos dois equipamentos básicos (água canalizada, banheiro e luz elétrica) e renda acima da linha da pobreza. Segundo os autores, esse tipo de pobreza está menos relacionado aos ciclos econômicos (fator conjuntural) e fortemente relacionado aos efeitos de longo prazo do desenvolvimento regional e dos investimentos em infraestrutura (fatores estruturais). Na visão dos autores, a superação desse tipo de pobreza passa por investimentos em educação, saúde, infraestrutura básica e possui relação com o meio ambiente (remoção de lixo, esgoto sanitário, qualidade da água, etc).

De acordo com Silva, Lacerda e Neder (2011), a abordagem de Sen possui embasamento filosófico, o que justifica que a abordagem das capacitações inclui todos os indivíduos, independentemente de sua classe social ou país, bem como o fato da abordagem reconhecer a distinção entre indivíduos ou grupos de indivíduos que possuem carências distintas, necessitando de maiores recursos para alcançar determinado conjunto de capacitações.

Este trabalho incorpora a abordagem das capacitações por esta contemplar uma gama maior das dimensões que envolvem a pobreza e por fornecer um quadro analítico amplo para o entendimento da pobreza multidimensional, não limitado à renda.

METODOLOGIA

O Índice de Pobreza Humana Municipal (IPHM), proposto por este trabalho, foi adaptado por Rolim (2005) e permite trabalhar com fenômenos complexos que envolvem inúmeras variáveis, como é o caso da pobreza multidimensional. Tal índice foi adaptado do relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações

Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD) em 1990, que propôs o Índice de Pobreza Humana.

O Índice de Pobreza Humana é uma medida da pobreza, país a país, sob uma perspectiva de desenvolvimento humano, baseada em três variáveis: i) carência relacionada à sobrevivência (P1: porcentagem de pessoas com expectativa de vida inferior a 40 anos); ii) carência relacionada ao conhecimento (P2: porcentagem de adultos analfabetos); iii) carência relacionada ao padrão de vida (P3) é representada pela média da composição de três variáveis: P31: porcentagem de pessoas sem acesso a serviços de saúde; P32: porcentagem de pessoas sem acesso a água saudável; P33: porcentagem de crianças desnutridas - abaixo de 5 anos.

Segundo Rolim (2005), a carência relacionada à longevidade ou à sobrevivência é representada no IPH pela porcentagem de pessoas com expectativa de vida inferior a 40 anos e no contexto municipal por: $(P1) = (100 - \text{probabilidade de sobrevivência até 40 anos}) = \text{Probabilidade de morrer antes dos 40 anos}$. Este é um artifício para adaptar a base de dados municipais à formulação do índice e pode ser considerado equivalente ao percentual de pessoas com expectativa de vida inferior a 40 anos.

A carência relacionada ao conhecimento é medida pela porcentagem de adultos analfabetos. No contexto municipal, é medida por $(P2) = \text{porcentagem de pessoas maiores de 25 anos analfabetas}$. A carência relacionada ao padrão de vida é representada pela composição da média aritmética de duas variáveis (P3: P31 e P32) relacionadas ao acesso à água saudável e às crianças desnutridas abaixo de 5 anos de idade. No contexto municipal brasileiro, foi utilizado: P31 = porcentagem de pessoas que vivem em domicílios sem água encanada; P32 = a mortalidade infantil até 5 anos.

A mortalidade infantil até 5 anos funciona como *proxy* para o percentual de crianças desnutridas abaixo de 5 anos. O dado disponível ao nível municipal é a taxa de mortalidade infantil. O artifício utilizado para torná-la compatível com os demais indicadores foi considerar a taxa por 100 ao invés da forma tradicional de considerá-la em relação a mil.

A fórmula para o cálculo do IPHM é a mesma do IPH e é apresentada a seguir:

$$IPHM = [1/3(P_1^3 + P_2^3 + P_3^3)]^{1/3} \quad (1)$$

E da mesma forma que o índice varia entre 0 e 100, sendo a melhor situação para um município quando o índice é 0 (zero) e a pior, quando o índice é 100 (cem), significando que 100% da população encontra-se em situação de pobreza. No entanto, o índice mantém as principais propriedades do IPH e tal qual ele pode ser visto como uma *proxy* do índice de incidência de pobreza nos municípios. As variáveis para a construção do índice foram provenientes do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2013) e contemplaram os anos de 1991, 2000 e 2010.

O IPHM prescindiu do uso de indicadores de renda, se atendo aos indicadores de carência de bens e serviços não monetários, fornecidos majoritariamente pelo Estado, associados a capacitações básicas nas áreas da saúde, educação e saneamento básico. É de fácil aplicabilidade e permite nuances interessantes sobre a multidimensionalidade da pobreza. Sen (1993; 2000) e Kageyama e Hoffmann (2006) alertaram para a insuficiência do elemento renda como fator de superação das causas da pobreza multidimensional, cujos componentes também abrangem capacitações básicas não monetárias.

A POBREZA MULTIDIMENSIONAL EM MATO GROSSO DO SUL: O índice de pobreza humana municipal (IPHM)

Nesta seção, serão analisados os principais resultados do IPHM. O conjunto de dados analisados consiste de informações de 78 municípios do Mato Grosso do Sul. A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas referentes à variável “Probabilidade de morrer antes dos 40 anos de idade”. A média, mediana, moda, valores máximo e mínimo diminuíram durante os períodos, o que denota uma melhoria nesse indicador que reflete, dentre outros fatores, o acesso e a qualidade dos serviços de saúde. As medidas de desvio padrão e coeficiente de variação apontam que, no decorrer do tempo, houve uma diminuição da disparidade entre os municípios nesse indicador.

Tabela 1. Estatísticas descritivas - Probabilidade de morrer antes dos 40 anos de idade, nos municípios de Mato Grosso do Sul, em 1991, 2000 e 2010

	1991	2000	2010
Média	11,14	8,11	7,25
Mediana	10,76	8,02	7,13
Moda	10,60	7,77	6,89
Máximo	15,17	11,36	9,43
Mínimo	8,21	6,10	5,36
Desvio Padrão	1,51	1,00	0,95
Coef. Variação (%)	13,56	12,33	13,07

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de PNUD (2013)

Na Tabela 2, são apresentadas as estatísticas descritivas da variável “taxa de analfabetismo de pessoas com 25 anos de idade ou mais(%)”. A média de analfabetos no período estudado se reduziu para 14,49%, aproximando-se da mediana dos municípios, que foi de 14,25%. Os valores de máximo e mínimo da taxa de analfabetismo também se reduziram no período, passando de 41,98% para 31,03% (município de Jateí) e de 11,60% para 4,91% (município de Campo Grande), respectivamente. As medidas de desvio padrão e coeficiente de variação evidenciaram que há grande disparidade na taxa de analfabetismo entre os municípios sul-mato-grossenses. No período, houve uma melhoria desse indicador educacional, fator que contribuiu para o aumento das capacitações básicas dos indivíduos.

Tabela 2. Estatísticas descritivas – Taxa de analfabetismo de pessoas com 25 anos de idade ou mais (%), nos municípios de Mato Grosso do Sul, em 1991, 2000 e 2010

	1991	2000	2010
Média	28,69	20,45	14,49
Mediana	29,28	20,01	14,25
Moda	*	21,83	13,12
Máximo	41,98	38,31	31,03
Mínimo	11,60	7,83	4,91
Desvio Padrão	6,74	5,41	4,53
Coef. Variação (%)	23,50	26,44	31,27

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de PNUD (2013).

*Não disponível porque não houve valores que se repetiram no período.

A Tabela 3 apresenta as estatísticas descritivas do percentual da população em domicílios sem água encanada. Houve uma redução significativa da média, mediana, valor máximo e mínimo dos domicílios sem disponibilidade de água encanada. A média estadual desse indicador caiu de 32,47% para 6,92% entre 1991 e 2010, valor esse próximo a mediana. Mesmo os municípios com menor carência de água encanada tiveram uma melhoria, como foi o caso de Mundo Novo que, em 1991, possuía 9,9% da população sem água encanada e chegou a ter 7,5% dos domicílios nessa condição em 2010. Apesar de o desvio padrão ter se reduzido, houve um aumento do coeficiente de variação de 40,55% em 1991 para 86,53% em 2010, denotando o aumento da disparidade entre os municípios sul-mato-grossenses nesse indicador.

Tabela 3. Estatísticas descritivas - % da população em domicílios sem água encanada, nos municípios de Mato Grosso do Sul, em 1991, 2000 e 2010

	1991	2000	2010
Média	32,47	16,70	6,92
Mediana	31,43	14,84	5,33
Moda	*	23,18	5,10
Máximo	83,46	49,78	32,39
Mínimo	9,90	3,48	0,66
Desvio Padrão	13,16	9,44	5,99
Coef. Variação (%)	40,55	56,55	86,53

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de PNUD (2013)

*Não disponível porque não houve valores que se repetiram no período.

A Tabela 4 apresenta as medidas descritivas referentes à variável “mortalidade até 5 anos de idade, em (%)”. Observou-se uma redução da média, mediana, valor máximo e mínimo desse indicador no período. A média passou de 4,43% para 2,3% no período estudado, a maior taxa de mortalidade infantil caiu de 6,19% para 3,04% e o com menor taxa de mortalidade infantil se reduziu de 3,2% para 1,68%. Os municípios que se destacam na redução da taxa de mortalidade infantil foram Japorã, Porto Murtinho, Paranhos e Itaporã, respectivamente, reduzindo a taxa de mortalidade em média 3 pontos percentuais entre 1991 e 2010. Houve redução do desvio padrão e do coeficiente de variação no período, embora pouco significativos, o que suscita que a disparidade entre os municípios no tocante a esse indicador permanece.

Tabela 4. Estatísticas descritivas - Mortalidade até 5 anos de idade (%), nos municípios de Mato Grosso do Sul, em 1991, 2000 e 2010

	1991	2000	2010
Média	4,43	3,11	2,30
Mediana	4,26	3,07	2,26
Moda	3,86	2,57	2,28
Máximo	6,19	4,87	3,04
Mínimo	3,20	2,08	1,68
Desvio Padrão	0,65	0,56	0,32
Coef. Variação (%)	14,62	17,96	13,89

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de PNUD (2013)

De acordo com a Tabela 5, observou-se uma redução da média, mediana, valores máximo e mínimo para o IPHM no período de 1991 para 2010. Essa observação atesta a redução da pobreza multidimensional nos municípios sul-mato-

grossenses. Apesar da evolução favorável desses indicadores, houve aumento do grau de desigualdade entre os municípios em termos de pobreza multidimensional (aumento do coeficiente de variação).

A Tabela 6 mostra os dados da evolução do IPHM e o *ranking* dos municípios de Mato Grosso do Sul, sendo 1º o município mais pobre e o 78º o município menos pobre. Segundo a tabela, os municípios menos pobres no *ranking* são, respectivamente, Campo Grande (que se manteve em 78º lugar), Chapadão do Sul (manteve-se em 77º), Dourados (que evoluiu do 73º em 1991 para o 75º em 2000 e 76º em 2010), São Gabriel do Oeste (76º em 1991 e 2000, regrediu para 75º em 2010) e Três Lagoas (evoluiu de 72º em 1991 para 74º em 2000/2010). Os mais pobres no *ranking* para o período são, respectivamente: Japorã (2º para 1991 e retrocedeu para 1º em 2000/2010), Tacuru (4º em 1991 e recuou 2 posições sendo 2º em 2000 e 2010), Paranhos (17º em 1991 e caindo para 3º em 2000 e 2010), Juti (regrediu do 6º para o 5º e 4º, respectivamente, no período estudado), Sete Quedas e Coronel Sapucaia (caiu de 16º em 1991 para o 4º em 2000 e ganhou duas posições sendo 6º em 2010).

Tabela 5. Estatísticas descritivas – Índice de Pobreza Humana Municipal (IPHM), nos municípios de Mato Grosso do Sul, em 1991, 2000 e 2010

	1991	2000	2010
Média	22,19	15,21	10,71
Mediana	22,47	14,66	10,54
Moda	*	*	*
Máximo	36,31	29,55	22,01
Mínimo	10,12	6,58	5,04
Desvio Padrão	5,07	3,89	3,09
Coef. Variação (%)	22,85	25,56	28,84

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de PNUD (2013).

*Não disponível porque não houve valores que se repetiram no período.

Entre os municípios menos pobres, Campo Grande concentra a maior população do estado, mais de 98% de taxa de urbanização, a estrutura produtiva apresenta forte expansão nos setores de alimentos, confecções, álcool combustível e metal-mecânico e é o maior centro industrial, comercial e de serviços do estado, sendo considerada uma região polarizadora da estrutura de comércio e serviços. Chapadão do Sul e São Gabriel do Oeste são destaques na agricultura, concentram as lavouras de soja, milho, algodão e cana-de-açúcar (somente Chapadão do Sul), um dos maiores PIB per capita do estado em 2016 (R\$ 64.356,21 e R\$ 60.764,83, respectivamente) e taxas anuais de crescimento populacional no período de 2002 a 2016 de 4,09% e 2,48%, respectivamente. Três Lagoas apresentou PIB per capita de R\$ 79.911,85 em 2016 e experimentou a expansão de polos industriais oleiro-cerâmico, de derivados de leite, têxtil, confecções, frigorífico e de produtos e subprodutos oriundos da silvicultura, com destaque para papel e celulose. Três Lagoas concentrou a 3ª maior população do estado em 2018, 119.465 habitantes. Dourados possui a 2ª maior população do estado e se insere no rol dos principais centros do agronegócio nacional (destaque para as culturas de soja, milho e cana-de-açúcar), com setor industrial relativamente diversificado e verticalizado ligado às áreas de esmagamento de soja, álcool e abate de animais (MATO GROSSO DO SUL, 2015; 2019).

Em relação aos municípios mais pobres, em sua maioria possuem estrutura produtiva ligada à pecuária extensiva e atividades agrícolas pouco desenvolvidas e de subsistência (produção de leite, fruticultura, mandioca e criação de pequenos animais) especialmente nos municípios de Japorã, Juti e Itaquiraí. As atividades industriais são pouco expressivas e há presença de assentamentos e comunidades indígenas que tornam os municípios menos urbanizados. Em geral são municípios com baixa densidade demográfica, reduzido contingente populacional, baixos PIB real e PIB *per capita*, fatores que, conjugados, contribuem para explicar a situação de pobreza desses municípios.

Em números, a população (2018), o PIB *per capita* (2016) e a taxa anual de crescimento populacional (2002-2018) dos quinze municípios mais pobres em 2010 foram, respectivamente: Japorã (8.976 hab, R\$ 11.836,64 e 2,06%), Tacuru (11.427 hab, R\$ 17.173,72 e 1,48%), Paranhos (14.048 hab, R\$ 12.064,68 e 1,92%), Juti (6.638 hab, R\$ 42.057,73 e 1,89%), Coronel Sapucaia (15.152 hab, R\$ 12.256,71 e 0,93%), Sete Quedas (6.515 hab, R\$ 19.635,58 e -2,69%), Itaquiraí (20.905 hab, R\$ 30.221 e 1,55%), Pedro Gomes (7.666 hab, R\$ 26.382,55 e -0,70%), Nova Andradina (53.517 hab, R\$ 35.268,78 e 2,41%), Taquarussu (3.583 hab, R\$ 30.366,32 e 0,57%), Aral Moreira (11.963 hab, R\$ 50.236,19 e 2,5%), Eldorado (12.305 hab, R\$ 26.666,26 e 0,67%), Antônio João (8.891 hab, R\$ 22.889,34 e 1,01%), Vicentina (6.067 hab, R\$ 34.662,25 e 0,66%) e Miranda (27.795 hab, R\$ 16.946,03 e 1,03%)(MATO GROSSO DO SUL). As capacitações básicas contempladas pelo IPHM são não monetárias e as fontes de redução dessas privações estão relacionadas aos efeitos de longo prazo do desenvolvimento regional e dos investimentos em infraestrutura e menos ao crescimento econômico, de acordo com a literatura (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

Uma parte dos recursos necessários para a provisão de bens e serviços públicos como educação, saúde e saneamento depende da capacidade de arrecadação de impostos, que, por sua vez, está relacionada ao nível de atividade econômica das localidades. Assim, um município com alto PIB tem maior arrecadação própria de impostos, recursos que permitem o financiamento de parte da provisão dos bens e serviços prestados pelo Estado em áreas onde há compartilhamento de responsabilidades entre os entes federativos, a exemplo da saúde, da educação e do saneamento básico. A seguir apresentam-se os resultados IPHM na Tabela 6.

Tabela 6. Índice de Pobreza Humana Municipal (IPHM) dos municípios de Mato Grosso do Sul e ranking (1991, 2000, 2010)

Municípios	1991		2000		2010	
	IPHM	Ranking	IPHM	Ranking	IPHM	Ranking
Água Clara	19,569	56°	12,770	57°	8,997	57°
Alcinópolis	27,943	9°	13,184	53°	10,085	43°
Amambai	20,763	50°	15,569	33°	10,530	40°
Anastácio	23,560	35°	15,587	32°	10,778	34°
Anaurilândia	25,420	21°	17,451	21°	11,255	27°
Angélica	23,862	31°	15,457	34°	10,976	30°
Antônio João	23,820	32°	17,707	18°	12,745	13°
Apar. do Taboado	21,645	43°	13,691	49°	9,335	54°
Aquidauana	19,395	58°	13,471	51°	8,051	66°
Aral Moreira	24,285	28°	18,567	13°	13,312	11°
Bandeirantes	17,338	64°	14,744	39°	10,571	38°

(continuação)

Tabela 6. Índice de Pobreza Humana Municipal (IPHM) dos municípios de Mato Grosso do Sul e ranking (1991, 2000, 2010)

(continua)

Municípios	1991		2000		2010	
	IPHM	ranking	IPHM	ranking	IPHM	ranking
Bataguassu	24,099	30°	14,869	38°	9,494	53°
Batayporã	25,532	20°	17,219	24°	11,292	25°
Bela Vista	19,400	57°	13,517	50°	8,840	61°
Bodoquena	24,414	26°	17,984	17°	10,713	35°
Bonito	20,959	47°	12,598	62°	8,640	64°
Brasilândia	23,042	38°	14,331	43°	9,769	47°
Caarapó	25,676	18°	17,399	23°	11,408	24°
Camapuã	17,113	65°	12,125	66°	9,670	50°
Campo Grande	10,119	78°	6,580	78°	5,040	78°
Caracol	19,043	60°	13,169	54°	8,860	60°
Cassilândia	19,973	53°	13,016	55°	10,389	41°
Chapadão do Sul	11,382	77°	7,119	77°	5,362	77°
Corguinho	20,734	51°	14,291	44°	10,383	42°
Coronel Sapucaia	26,292	16°	22,294	4°	16,054	6°
Corumbá	15,463	71°	11,189	69°	6,622	73°
Costa Rica	18,577	61°	12,614	61°	8,954	59°
Coxim	23,616	34°	14,363	42°	9,598	51°
Deodápolis	26,340	15°	17,580	20°	11,832	20°
D. Irmãos do Buriti	29,183	7°	20,384	7°	11,921	18°
Douradina	24,636	24°	15,981	27°	9,930	46°
Dourados	14,552	73°	8,788	75°	5,904	76°
Eldorado	24,877	22°	17,632	19°	13,135	12°
Fátima do Sul	22,025	41°	14,418	41°	10,544	39°
Figueirão	24,227	29°	12,520	64°	9,580	52°
Glória de Dourados	21,110	46°	15,044	36°	10,053	45°
G. Lopes da Laguna	24,320	27°	16,677	26°	12,077	16°
Iguatemi	22,124	40°	14,577	40°	11,799	21°
Inocência	23,555	36°	15,063	35°	11,859	19°
Itaporã	21,748	42°	14,983	37°	10,915	31°
Itaquiraí	29,856	5°	19,788	9°	15,987	7°
Ivinhema	20,400	52°	13,361	52°	9,254	55°
Japorã	32,655	2°	29,547	1°	22,006	1°
Jaraguari	22,818	39°	12,633	59°	8,740	63°
Jardim	16,789	67°	11,080	70°	7,503	69°
Jateí	31,463	3°	15,959	28°	11,985	17°
Juti	29,390	6°	21,658	5°	17,038	4°
Ladário	12,970	75°	11,005	71°	7,042	71°
Laguna Carapã	23,357	37°	15,796	29°	11,275	26°
Maracaju	15,608	70°	10,874	72°	6,944	72°
Miranda	25,619	19°	18,280	15°	12,273	15°
Mundo Novo	16,387	68°	14,083	47°	10,781	33°
Naviraí	19,873	54°	14,110	46°	9,741	49°
Nioaque	26,968	13°	19,523	10°	11,199	28°
N. Alvorada do Sul	19,305	59°	12,926	56°	9,240	56°
Nova Andradina	16,381	69°	11,426	68°	8,058	65°

(continuação)

Tabela 6. Índice de Pobreza Humana Municipal (IPHM) dos municípios de Mato Grosso do Sul e ranking (1991, 2000, 2010)

(conclusão)

Municípios	1991		2000		2010	
	IPHM	Ranking	IPHM	Ranking	IPHM	Ranking
N. Horizonte do Sul	36,308	1°	18,080	16°	15,151	9°
Paranaíba	21,607	44°	14,230	45°	9,765	48°
Paranhos	26,009	17°	23,767	3°	18,126	3°
Pedro Gomes	27,187	10°	20,003	8°	15,276	8°
Ponta Porã	13,247	74°	10,844	73°	8,996	58°
Porto Murtinho	23,682	33°	18,895	11°	10,576	37°
Ribas do Rio Pardo	21,374	45°	13,758	48°	10,068	44°
Rio Brilhante	17,094	66°	12,462	65°	7,684	67°
Rio Negro	27,071	12°	16,962	25°	11,014	29°
Rio Verde de MT	20,910	49°	12,663	58°	10,586	36°
Rochedo	26,691	14°	12,622	60°	7,243	70°
S. Rita do Pardo	24,770	23°	17,437	22°	11,477	23°
S. Gabriel do Oeste	12,098	76°	8,583	76°	5,940	75°
Selvíria	24,457	25°	15,708	30°	10,829	32°
Sete Quedas	19,810	55°	18,315	14°	16,527	5°
Sidrolândia	17,676	62°	11,894	67°	8,777	62°
Sonora	20,945	48°	15,690	31°	11,666	22°
Tacuru	29,936	4°	24,243	2°	18,840	2°
Taquarussu	28,284	8°	20,660	6°	14,109	10°
Terenos	17,606	63°	12,596	63°	7,625	68°
Três Lagoas	15,226	72°	9,867	74°	6,394	74°
Vicentina	27,137	11°	18,646	12°	12,713	14°

Fonte: Resultados da pesquisa

Ainda de acordo com a Tabela 6, pode-se observar que todos os resultados do IPHM entre 1991/2000/2010 apresentaram uma redução do valor do índice, mesmo nos casos que se destacaram por apresentar pouca variação em termos absolutos, como o município de Sete Quedas, que passou da 55° posição, em 1991, (IPHM = 19,81) para a 5° (IPHM = 16,52). O município de Mundo Novo também recuou no *ranking* da 68°, em 1991, para a 33° em 2010. As maiores variações percentuais do IPHM foram a de Novo Horizonte do Sul, que da 1ª posição, em 1991, despencou para 28° posição em 2010, tornando-se o município que mais reduziu seu IPHM de 36,30%, em 1991, para 15,15% em 2010. Outros municípios que também se destacaram no *ranking* foram Dois Irmãos do Buriti (7° em 1991 para 18° em 2010), Alcinópolis (9° em 1991 para 43° em 2010) e Rochedo (14° em 1991 para 70° em 2010). Com isso, pôde-se observar que a qualidade de vida dos habitantes do Estado de Mato Grosso do Sul melhorou no período, refletindo o aumento de capacitações básicas dos indivíduos. Salvo algumas exceções, observou-se que não houve alterações significativas no *ranking* dos municípios no período analisado. A evolução favorável de indicadores de pobreza baseados em bens e serviços não monetários também foi verificada por Kageyama e Hoffmann (2006) em todo o Brasil para o período de 1992 a 2004.

Segundo Mendes, Ribeiro, Gomes (2014), as políticas públicas tiveram grande responsabilidade na redução da pobreza multidimensional no período, pois, através delas, obtiveram-se resultados melhores na redução da pobreza. Inúmeras políticas públicas têm sido adotadas a fim de reduzir a pobreza e as desigualdades regionais existentes entre os municípios brasileiros. Eis algumas delas: na área da saúde, Programa Saúde da Família² (PSF, lançado em 1991) e o Mais Médicos (lançado em

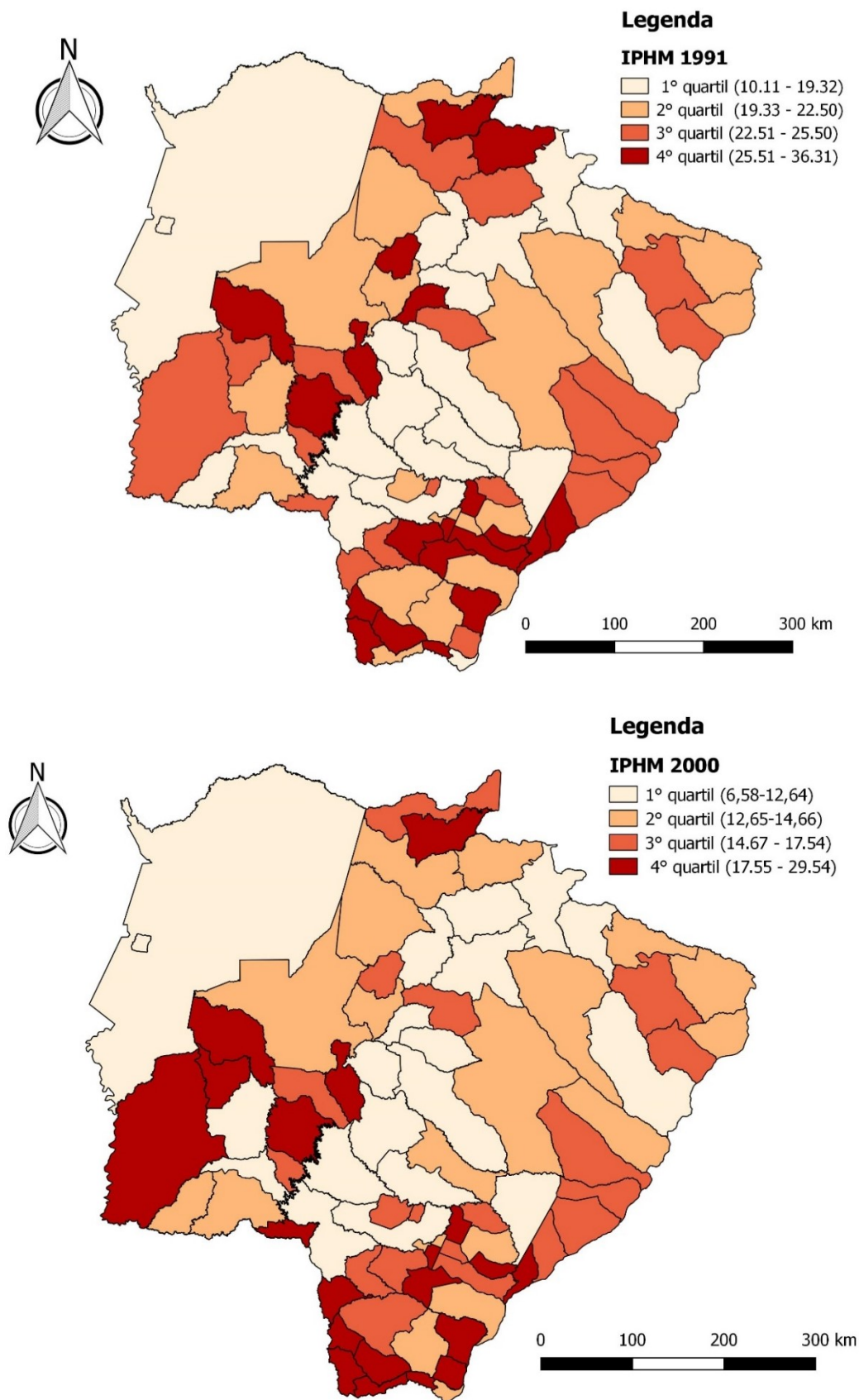
2013); na área da educação, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB; em relação à moradia, o Programa Minha Casa Minha Vida (lançado em 2009). Há de se destacar também o Programa Brasil sem Miséria lançado em 2011 que, embora vigente somente a partir desse ano, unificou uma série de programas sociais antes existentes e que tiveram grande contribuição na redução das privações de capacitações básicas em torno de uma estratégia de combate à pobreza e insegurança alimentar (FAHEL; LEITE; TELES, 2014; ALONSO, 2017).

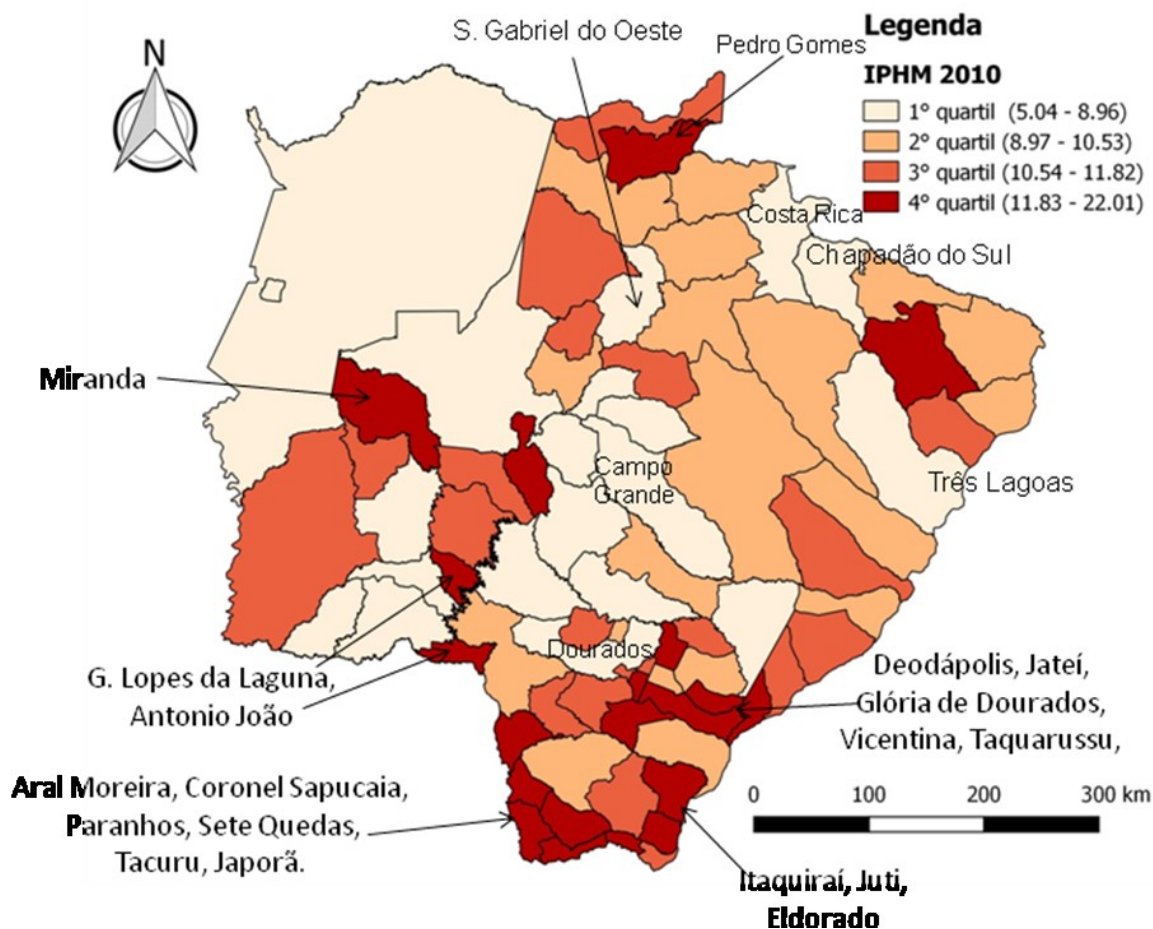
Ademais, em 1999, foi criado o Ministério da Integração Nacional, órgão do governo federal que tem por diretriz maior a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que orienta os programas e ações do Ministério, além da formulação e implementação de grandes projetos estruturantes macrorregionais, com o propósito de melhorar as relações federativas entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e da participação social (MENDES; RIBEIRO; GOMES, 2014). A preocupação com a formulação de planos e estratégias para a redução das desigualdades regionais e das causas da pobreza foi levantada por Rolim (2005) e Kageyama e Hoffmann (2006).

Outros fatores apontados pela literatura que contribuíram para a redução da pobreza multidimensional foram a estabilidade econômica alcançada por meio do Plano Real lançado em 1994 (GIAMBIAGI; ALÉM, 2011; FAHEL; LEITE; TELES, 2014), as taxas favoráveis de crescimento econômico do país durante grande parte dos anos das décadas de 1990 e 2000 (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006; CLARET; MOARA, 2014; FAHEL; LEITE; TELES, 2014), e a política de valorização real do salário mínimo implementada desde o primeiro governo Lula (DIEESE, 2010; BRITO; KERSTENETZKY, 2018).

Na Figura 1, é apresentada a evolução do IPH-M dos municípios sul-mato-grossenses no mapa do estado. Observa-se que houve poucas mudanças no perfil de distribuição geográfica da pobreza em Mato Grosso do Sul, salvo algumas exceções. Houve concentração de municípios pobres na região Sul do estado, na divisa com o estado do Paraná e com o Paraguai. Outras concentrações observadas foram região Oeste do estado, divisa com o Paraguai e a Bolívia; ao Norte do estado, em torno do município de Pedro Gomes; à Leste do estado, ao redor do município de Inocência; à Sudeste do estado, numa faixa contígua aos municípios localizados ao Sul do estado, que abrange os municípios de Taquarussu, Bataiporã, Anaurilândia e Santa Rita do Pardo. A existência de *clusters* e corredores de pobreza também foi identificada nos trabalhos de Mendes, Ribeiro e Gomes (2014) e Romero (2006) em Minas Gerais.

Figura 1. Distribuição do IPH-M dos municípios sul-mato-grossenses no mapa do estado, por quartis (1991, 2000 e 2010)





Fonte: Resultados da pesquisa

Quanto aos municípios menos pobres, também foram observados alguns padrões de concentração espacial: ao centro do estado, abrangendo a capital do estado, Campo Grande, e municípios do entorno, além dos municípios do Centro-Sul do estado (Maracaju, Rio Brillhante e Dourados); notou-se um espraiamento da prosperidade partindo do Centro do estado em direção a Noroeste do estado (municípios de Aquidauana, Corumbá e Ladário) e a Sudoeste (municípios de Bonito, Jardim, Bela Vista e Caracol); outro aglomerado de prosperidade foi observado a Nordeste do estado, em torno dos municípios de São Gabriel do Oeste, Costa Rica e Chapadão do Sul e a Leste, em torno de Três Lagoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza multidimensional é definida como privação de capacitações básicas. As privações analisadas no presente trabalho e utilizadas para mensurar a pobreza multidimensional ressaltaram as seguintes variáveis que compuseram o IPHM: expectativa de vida até os 40 anos de idade, taxa de alfabetização até os 25 anos de idade, taxa de residências com água encanada e taxa de mortalidade infantil até os 5 anos. A evolução de todos os indicadores foi favorável no período entre 1990 e 2010, o que denota um aumento das capacitações básicas dos municípios sul-mato-grossenses e, portanto, a redução da pobreza multidimensional.

Mesmo que o cálculo do IPHM não tenha contemplado variáveis de renda, esta possui forte influência sobre a queda da pobreza multidimensional dos municípios de Mato Grosso do Sul, pois possibilita ao indivíduo acesso a capacitações e funcionamentos. No entanto, isoladamente, ela não é capaz de sanar todas as necessidades dos indivíduos, haja vista que há bens e serviços não monetários majoritariamente fornecidos pelo Estado. A título de exemplo, têm-se as políticas adotadas para a ampliação das liberdades substantivas. Essas políticas (Programa Bolsa Família, o Programa Novo Mais Educação, o Programa de Eletrificação Rural, o Programa Água Para Todos) representadas pelo Plano Brasil sem Miséria, foram iniciativas do governo federal para diminuir as desigualdades sociais com intuito de garantir acesso aos serviços básicos à população. Esses programas foram extremamente importantes para o país, dadas as suas contribuições para a diminuição da pobreza.

Conforme apontado pela literatura, a redução das fontes de privações de capacitações básicas relacionadas a bens e serviços não monetários não está diretamente relacionada ao crescimento da economia, mas aos efeitos de longo prazo do desenvolvimento regional e dos investimentos em infraestrutura. A redução dessas privações depende de investimentos em educação, saúde, infraestrutura básica, majoritariamente fornecidos pelo Estado brasileiro.

Entre os municípios menos pobres medidos pelo IPHM, observou-se que a maioria deles também concentra os maiores contingentes populacionais, possuem alta taxa de urbanização e densidade demográfica, possuem uma estrutura comercial e de serviços desenvolvida e pujante atividade industrial ligada a pelo menos um dos seguintes setores: alimentos, confecções, têxtil, álcool combustível, metal mecânico, frigorífico, oleiro-cerâmica, de derivados de leite, produtos e subprodutos oriundos da silvicultura (papel e celulose). Enquadram-se nesse perfil os municípios de Campo Grande (capital do estado), Dourados e Três Lagoas, este último com forte expansão industrial nos setores de papel e celulose. São Gabriel do Oeste fugiu um pouco a esse padrão por não ser populoso, assim como Chapadão do Sul. Ainda entre os menos pobres, Dourados (destaque nacional no agronegócio), Chapadão do Sul e São Gabriel do Oeste são municípios cuja atividade produtiva está ligada ao agronegócio, especialmente nas culturas de soja, milho, cana-de-açúcar e algodão.

Entre os municípios mais pobres medidos pelo IPHM, em sua maioria possuem baixos contingente populacional, PIB real, PIB *per capita* e reduzida ou negativa taxa de crescimento populacional, estrutura produtiva ligada à pecuária extensiva e atividades agrícolas pouco desenvolvidas e de subsistência (produção de leite, fruticultura, mandioca e criação de pequenos animais), com presença de assentamentos e comunidades indígenas (casos de Japorã, Juti e Itaquiraí). Houve concentração de municípios pobres na região Sul do estado (divisa com o estado do Paraná e com o Paraguai), região Oeste (divisa com o Paraguai e a Bolívia), ao Norte (em torno do município de Pedro Gomes), a Leste (ao redor do município de Inocência) e a Sudeste (municípios de Taquarussu, Bataiporã, Anaurilândia e Santa Rita do Pardo), situação que requer ações de redução de tais desigualdades pautadas, por exemplo, em planos e políticas de desenvolvimento regional, territorial e local.

Por fim, os resultados indicaram que, apesar da evolução favorável dos municípios sul-mato-grossenses em relação às dimensões que o índice contempla, não houve alterações significativas no perfil de distribuição geográfica da pobreza multidimensional em Mato Grosso do Sul e há ainda muito a se fazer para reduzir as

desigualdades municipais nesse indicador. Assim, é de suma importância investimentos em infraestrutura e o desenho de políticas públicas de âmbito municipal, estadual e federal, bem como planos e estratégias para a redução dessas desigualdades.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, J. E. O. S. **Las escalas de experiencia de inseguridad alimentaria como perspectiva de la pobreza en Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Campinas, 2017. 232 p.
- ARAUJO, J. A.; MORAIS, G. A. S.; CRUZ, M. S. Estudo da pobreza multidimensional no Estado do Ceará. **Revista Ciências Administrativas**, Fortaleza, v. 19, n. 1, p. 85-120, jan./jun. 2013.
- BRITO, A. S.; KERSTENETZKY, C. L. **A política de valorização do salário mínimo foi importante para a redução da pobreza no Brasil?** Uma análise para o período 2002-2013. Rio de Janeiro: CEDE/UFRJ, 2018. (Texto para discussão n. 132)
- CHIARINI, T. Análise espacial da pobreza municipal no Ceará, 1991-2000. **Revista de Economia**, Curitiba-PR, v.34, n.2, ano 32, p. 69-93, maio/ago. 2008.
- CLARET, A.; MOARA, F. Índice de pobreza multidimensional: Uma análise comparativa da construção, gestão da informação e planejamento no México, Colômbia e Minas Gerais. In: VII CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 2014, Brasília – DF. **Anais eletrônicos...** VII Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2014. Disponível em: <http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/1111/1/C7_PP_%C3%8DNDICE%20DE%20POBREZA%20MULTIDIMENSIONAL.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.
- CODES, A. L. M. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. IPEA, 2008. (Texto para discussão n. 1332)
- COMIM, F.; BAGOLIN, I. P. Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, p. 467-490, 2002.
- CORRÊA, L. F. C.; LIMA, J. P. R.; CAMPOS, L. H. R. Uma análise da pobreza multidimensional do Nordeste metropolitano com uso de modelo de equações estruturais. **Confin (online)**, Brasil, v. 32 n. 2, 2015. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982015000200313&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 12 mar. 2018.
- CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **Confin (online)**, Brasil, v.1 n. 2, 2002. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1178&Secao=PÚBLICA&Volume=1&Numero=2&Ano=2002>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Salário mínimo**: instrumento de combate à desigualdade. São Paulo: DIEESE, 2010.

FAHEL, M. C. X.; LEITE, G. P.; TELES, L. R. Pobreza Multidimensional no estado de Minas Gerais: uma mensuração para além da renda. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, n. 8, p. 51-69, jul./dez. 2014.

FRAGA, L. S.; BENDER, R.; CORONEL, D. A.; VIEIRA, K. M. Uma análise da pobreza multidimensional dos estados brasileiros: construção do índice fuzzy. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté-SP, v. 13, n. 1, p.54-80, jan./abr., 2017

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A.C. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. 4. ed. 2. reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R.; MACHADO, A. F. **Indicador de pobreza**: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro. CEDEPLAR-UFMG, 2003. (Texto para discussão n. 223).

LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R.; MACHADO, A. F. Análise de pobreza com indicadores multidimensionais: uma aplicação para Brasil e Minas Gerais. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, Caxambu-MG. **Anais eletrônicos...** Minas Gerais: ENEP, 2004. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1452/1417>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

MARIA, P.F. Pobreza e Vulnerabilidade Domiciliar: O Sudeste Nos Anos 2000. In: XII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS (ENABER), 2014, Belo Horizonte-MG. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte – MG, ENABER, 2014. Disponível em: <<http://www.brsa.org.br/fotos/arquivo1-2015-09-17-08-42-37.pdf>> Acesso em: 13 nov. 2018.

MARIN, S. R.; OTTONELLI, J. Medida Multidimensional da Pobreza: um exercício em Palmeira das Missões–RS. **Redes**, v. 13 n. 3, p. 241-265, 2008.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO). **Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul**: Regiões de Planejamento. Campo Grande-MS: SEMAGRO, 2015. 91 p.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO). **Banco de Dados do Estado (BDE/MS)**. 2019. Disponível em: <<http://bdeweb.semade.ms.gov.br/bdeweb/>> Acesso em: 04 mar. 2019.

MENDES, M. I. F.; RIBEIRO, E. C. B. A.; GOMES, B. S. M. Os cinturões de pobreza: uma análise multivariada e espacial dos municípios brasileiros para os anos 1991, 2000 e 2010. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS (ENABER), 2014, Belo Horizonte – MG. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte – MG, ENABER, 2014. Disponível em: <<http://www.brsa.org.br/fotos/arquivo1-2015-09-10-12-52-13.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

OTTONELLI, J.; MARIANO, J. L. Pobreza multidimensional nos municípios da Região Nordeste. **Revista de Administração Pública**, v.48, n.5, p. 1253-1280, 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. ONU/PNUD, 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROLIM, C. **Um índice de pobreza humana municipal para o Brasil**. Paraná: PPGDE-UFPR, 2005. (Texto para discussão n. 17)

ROMERO, J. A. R. Análise espacial da pobreza municipal no estado de Minas Gerais - 1991 - 2000. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, (ABEP), 2006, Caxambú–MG. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1531/1495>> Acesso em: 13 out. 2018.

SEN, A. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, n. 28-29, p. 313-334, 1993.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A. F. D.; ARAUJO, J. A.; CAMPELO, G. L.; VASCONCELOS, J. C.; SILVA, J. C. D. Análise da pobreza multidimensional no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 42., 2014, Natal. **Anais...** Natal: ANPEC, 2014. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2014/submissao/files_l/i10-20c7fd6a78f5834efce2b74bbef9eb5d.pdf> Acesso em: 10 novembro 2017.

SILVA, A. M. R.; LACERDA, F. C. C.; NEDER, H. D. A evolução do estudo da pobreza: da abordagem monetária à privação de capacitações. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 21, n. 3, p.509-527, jul./set. 2011.